

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA IDENTIDADE POR CONSTRUIR**

Ângela **Flach** – IFRS – Câmpus Porto Alegre

Mari Margarete dos Santos **Forster** – UNISINOS

### **Resumo**

O propósito desta pesquisa foi compreender o processo de implantação dos cursos de licenciatura nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), tomando como objeto de análise um curso de licenciatura de um Instituto Federal situado no sul do Brasil. A abertura de cursos desta modalidade representa uma novidade para muitas destas novas instituições, que não possuem ainda experiências consolidadas neste cenário de cursos. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, esta pesquisa apropriou-se da utilização de um estudo de caso e da realização de entrevistas semiestruturadas. A análise dos dados demonstrou que ainda há fragilidades a serem superadas no que se refere à consolidação do curso aqui estudado, em especial no que diz respeito ao fortalecimento de uma identidade para o curso. De toda forma, as experiências desenvolvidas, apesar das diversas dificuldades relatadas pelos sujeitos entrevistados, denotam que há possibilidades interessantes que se delineiam para esta modalidade de ensino que vem sendo ofertada pelos IFs.

**Palavras-chave:** Institutos Federais. Formação de professores para a Educação Básica. Formação inicial de professores.

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA IDENTIDADE POR CONSTRUIR**

### Introdução

Este estudo aborda as perspectivas da formação de professores desenvolvida junto aos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, doravante denominados de IFs. Estas instituições podem ser compreendidas como um espaço novo de oferta de formação docente, mas que apresenta características distintas da formação promovida nas universidades.

Dentre as premissas que envolvem a criação dos Institutos Federais constata-se a necessidade de destinar determinados percentuais de vagas para distintas modalidades de ensino. De acordo com a Lei nº 11.892/2008, os institutos devem destinar, no mínimo, 50% das vagas para educação profissional técnica de nível médio e, no mínimo, 20% das vagas para “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”. (BRASIL, 2008, art. 7º, inciso VI, item b). Dessa forma, assume especial relevância o fato de analisar os múltiplos aspectos que permeiam o processo de implantação de cursos de formação de professores, visto que esta oferta está interligada aos objetivos primordiais, que envolvem a própria concepção dos IFs.

O presente estudo visa apresentar algumas reflexões com o intuito de contribuir para esse debate.

### Questões metodológicas

O tema aqui apresentado trata sobre o processo de implantação de um curso de licenciatura em um instituto federal situado na região sul do Brasil, que foi tomado como objeto de análise com o intuito de compreender, a partir de um caso particular, o contexto e as complexidades que permeiam a formação de docentes a partir desta nova configuração da rede federal de educação profissional e tecnológica. Do ponto de vista metodológico, o trabalho se caracteriza como uma pesquisa de caráter qualitativo, valendo-se da utilização de um estudo de caso. Os estudos de caso, conforme explica André (2008) são utilizados em distintas áreas do conhecimento, mas possuem variações em relação aos métodos utilizados e também às finalidades. No que se refere às técnicas de coleta de dados, os estudos de caso, em geral, valem-se da observação, entrevista, análise de documentos, gravações e anotações de campo. Um elemento fundamental que se apresenta sobre este tema é a compreensão da complexidade presente na análise de um caso particular, é “o conhecimento derivado do caso, ou melhor, o que se aprende ao estudar o caso”. (STAKE, 1994 apud ANDRÉ, 2008, p. 16).

A autora recomenda a utilização de um estudo de caso na área da educação, dentre outros aspectos, quando há a intenção de “retratar o dinamismo de uma situação

numa forma muito próxima do seu acontecer natural”. (ANDRÉ, 2008, p. 31). Em meu entendimento, esta compreensão é bastante significativa para a questão que aqui se apresenta, ou seja, compreender, a partir das primeiras experiências desenvolvidas por um curso de licenciatura de um instituto federal, como estão sendo colocadas em prática as políticas propostas para a formação de professores nesta nova configuração da rede federal de educação profissional e tecnológica.

Dessa forma, esta pesquisa tomou como objeto de análise um curso de Licenciatura em Física, cercado-se de entrevistas realizadas com sujeitos atuantes na criação/implementação do referido curso. Este curso possui seis anos de existência, sendo que os primeiros alunos ingressaram no início do ano de 2009. Portanto, o curso em questão foi criado em um contexto de transição institucional, quando as antigas instituições federais que atuavam com educação profissional e tecnológica sofreram um rearranjo, passando a ser organizadas em Institutos Federais. Outra característica relevante pela escolha deste curso é o câmpus no qual ele é ofertado – um câmpus que oferece cursos de ensino médio integrado e também outros cursos de licenciatura. Dessa forma, os docentes possuem a oportunidade de atuar em distintas modalidades de ensino e em distintos cursos de formação de professores.

A partir das experiências vivenciadas por este curso e do diálogo com distintos autores que abordam esta temática, foi possível discutir acerca do processo de implementação das políticas de formação de professores propostas para os IFs, analisando como este processo está se delineando no âmbito da instituição pesquisada. Pretendeu-se, portanto, a partir deste estudo de caso, compreender este processo novo que está em curso na rede federal de educação profissional e tecnológica, refletindo sobre os acertos e dificuldades da implantação de cursos de formação de professores.

Como já foi explicitado, este estudo apropriou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa. Este tipo de pesquisa, conforme apresentado por Minayo (2007a) serve como ferramenta para responder a questões muito particulares e engloba elementos que não são fáceis de serem convertidos em dados quantitativos. A abordagem qualitativa, portanto, trabalha e se aprofunda no universo dos significados.

Esta abordagem, tal qual aponta André (1983), apresenta vantagens e dificuldades. Dentre as vantagens, destaca-se a possibilidade de

apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural [...], capturar os diferentes significados das experiências vividas no ambiente escolar de modo a auxiliar a compreensão das relações entre os indivíduos, seu contexto e suas ações. Além disso, os dados qualitativos podem contribuir para o estudo de construtos importantes como ‘criatividade’ e ‘pensamento crítico’ que por serem de difícil quantificação, deixam muitas vezes de ser mais extensamente investigados. (ANDRÉ, 1983, p. 66).

A autora também destaca algumas limitações em se trabalhar com essa forma de abordagem do objeto, ressaltando que o maior problema está relacionado à dificuldade de se encontrar métodos apropriados de análise. Segundo ela, “não existem nem mesmo certas diretrizes que possam dar ao pesquisador alguma confiança de que suas interpretações e afirmações são de fato uma representação aproximada da realidade e não mero fruto de suas preconcepções”. (ANDRÉ, 1983, p. 66-67).

Pode-se dizer que a realização de entrevistas foi o aporte metodológico central neste estudo. Através deste recurso é que se buscou a essência dos subsídios à problemática estabelecida para a pesquisa. O tipo de entrevista aqui adotado foi o da entrevista semiestruturada<sup>1</sup>, com o intuito de dar conta de uma dimensão muito importante do trabalho, que se refere às práticas vivenciadas pelos atores que atuam no curso tomado como objeto de análise. Estes elementos contemplados nas entrevistas são caracterizados como “dados subjetivos”, pois “referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia”. (MINAYO, 2007b, p. 65).

O trabalho contemplou, no total, a realização de 7 entrevistas com docentes que atuaram/atuam na instituição pesquisada. Os critérios de escolha dos entrevistados, contemplaram as seguintes dimensões:

- a) professores que atuaram/atuam como coordenadores de curso;
- b) professores que atuaram/atuam na gestão da instituição (nesse caso, foi intencional a escolha pelo Diretor de Ensino e não pelo Diretor-Geral, porque em nosso entendimento o diretor de ensino está mais inteirado das questões que envolvem a gestão do curso, suas características e dificuldades);
- c) professores que atuam no curso de licenciatura e também na educação básica (Ensino Médio Integrado e/ou PROEJA);

---

<sup>1</sup> Este tipo de entrevista “combina perguntas fechadas e abertas em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. (MINAYO, 2007b, p. 64).

d) professores da área pedagógica.

A identificação dos sujeitos entrevistados não distinguiu os gêneros dos professores, mas sim buscou identificá-los a partir de funções específicas, de acordo com a seguinte ordem:

- a) Sujeitos P – Professores que atuam no curso de Física (áreas da Física, da Matemática e da Educação);
- b) Sujeitos D – Professores que ocuparam/ocupam o cargo de Diretor de Ensino;
- c) Sujeitos C – Professores que ocuparam o cargo de coordenador de curso.

É importante salientar que todos os docentes entrevistados possuem menos de dez anos de atuação na rede federal. Este dado é marcante para demonstrar o quanto foi amplo o processo de renovação dos quadros desta rede nos últimos anos, com a criação dos IFs. E estes docentes já estão ocupando cargos na gestão da instituição, assumindo esta tarefa por vezes ainda durante o período do estágio probatório.

De posse destes elementos, passo então a apresentar algumas reflexões a respeito do tema, procurando estabelecer um paralelo entre as licenciaturas nos IFs e nas Universidades, bem como discutindo acerca da questão da construção da identidade dos cursos nestas novas instituições.

#### As licenciaturas nos Institutos Federais e as licenciaturas nas Universidades

Um dos elementos instigantes da presente pesquisa diz respeito à comparação entre as licenciaturas ofertadas nos IFs e as ofertadas nas Universidades. Sobre este aspecto, cabe trazer aqui primeiramente a discussão apresentada por Santos (2004), em cujo trabalho é feita referência a este novo *locus* de formação docente que, no caso, refere-se ainda aos Centros Federais de Educação Tecnológica – os CEFETs<sup>2</sup>. Seu estudo verificou que no processo de organização das licenciaturas no CEFET tomado

---

<sup>2</sup> Os CEFETs, com duas exceções, que são os atuais CEFETs do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, foram instituições que se transformaram em IFs no ano de 2008, juntamente com a adesão de Escolas Agrotécnicas Federais, Escolas Técnicas Federais e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades Federais.

como objeto, havia distintas percepções a respeito desse tema: enquanto para alguns a formação de professores não deveria ser realizada fora da universidade, outros entendiam que os CEFETs poderiam sim abraçar esta formação, tendo inclusive as universidades como parceiras em determinadas ações, promovendo a cooperação entre as duas instituições.

Já conforme o entendimento de Lima (2012), a inclusão das licenciaturas nos IFs gerou uma fragmentação da formação de professores, aumentando a multiplicidade de modelos de formação destes profissionais, o que dificulta a criação de uma base comum nacional. A autora explica que desde o início da década de 1980 a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) encabeça uma luta em prol da qualidade dessa formação, tendo a universidade como o *locus* privilegiado para seu desenvolvimento, pois as características da universidade (com a base das ações voltadas à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e mesmo com a exigência de maior qualificação do corpo docente) é que atenderiam da melhor forma a busca pela melhoria dessa formação.<sup>3</sup> Ao refletir acerca desta modalidade de ensino nos IFs, a autora destaca que

Para esta discussão, ainda não estão claras quais as potencialidades e dificuldades de uma instituição de educação profissional, realizar a formação de professores. O seu indicativo histórico, de formação técnica, pode incidir que a formação será realizada de forma tecnicista e pragmática, cujo viés caracteriza o ensino profissional. No entanto, os diferentes níveis de ensino em mesmo local, oferecidos pelos IF, permite uma aproximação do mundo do trabalho, por exercer a formação de professores da educação básica em mesmo *locus* onde ocorre a prática profissional do professor de educação básica. (LIMA, 2012, p. 75).

Pelo exposto, sendo a universidade o *locus* tradicional da formação de professores, ao estender este tipo de formação aos Institutos Federais, é inevitável que se questione acerca das diferenças e singularidades da mesma nestas novas instituições. Um dos elementos que ficou evidenciado nas entrevistas é de que a formação promovida pela universidade está muito presente na concepção das licenciaturas no câmpus em que atuam. Isto porque, a maioria dos docentes fez a sua formação inicial em grandes universidades e na hora de pensar em um modelo de curso, é evidente que

---

<sup>3</sup> Contudo, como ressalta a autora, a universidade é apenas mais uma das ofertantes dessa formação, sendo que “o *locus* em expansão da formação de professores se dá em instituições de administrações privadas, com uma oferta que deve ser paga por seus estudantes, sem a obrigatoriedade de um percentual de mestres e doutores no corpo docente, sem a necessidade da presença do tripé ensino, pesquisa e extensão, e que não precisa possuir o estudo e pesquisa das diferentes áreas do conhecimento”. (LIMA, 2012, p. 77-78).

pensaram no modelo de sua instituição de origem. Portanto, ainda está muito arraigado o modelo de formação desenvolvido na universidade. De toda forma, é válida a ideia de que cada um traz para o debate os elementos que domina, com os quais tem familiaridade. E no caso dos docentes que atuam no curso, qual o modelo de licenciatura que conhecem? O modelo ao qual tiveram acesso na universidade. Este modelo serve para as licenciaturas nos IFs? Provavelmente não, devendo ser construído um modelo alternativo de licenciatura, o que não é uma tarefa simples, visto que a cultura da universidade está impregnada nas memórias de cada um e quando se pensa na maneira “correta” de desenvolver um curso de licenciatura, é evidente que o modelo do que seja o “correto” comporte realmente o da universidade.

As falas dos entrevistados refletem inclusive que é muito difícil conseguir se isentar dessa questão, pensar no sucesso do curso significa conseguir fazê-lo ficar “parecido” com o da universidade. Há ainda o aspecto da avaliação externa que, como relatado pelo Sujeito P2, não permite muita flexibilidade em relação à organização do curso, dadas as exigências que estão colocadas nas diretrizes de avaliação dos cursos superiores.

*“mas o que mostrou minha experiência de cinco anos ali é que nós tivemos que, inicialmente, construir um curso igual. Por exemplo, vamos fazer um curso em que se consiga ser avaliado, que se consiga fixar, ter um mínimo e, hoje, acho que nós recentemente formamos nossa primeira turma, conseguimos transitar por todo o curso e agora conseguimos fazer uma reflexão maior” (Sujeito P2).*

Dessa forma, a trajetória inicial do curso foi construída, ainda conforme relatado pelo Sujeito P2, tentando repetir as experiências das universidades e só no momento em que o curso estava mais “consolidado” é que foi possível buscar elementos que levassem em conta as peculiaridades deste novo *locus* da formação de professores. Uma característica semelhante é apresentada no estudo de Lima (2012) ao referir-se às dificuldades de organizar o curso de licenciatura no IF em que atua.

Durante essa construção, foram feitos inúmeros questionamentos sobre quais características que uma instituição de educação profissional e tecnológica poderia trazer para um curso de licenciatura, que a diferenciasse das outras instituições de educação superior. Essas questões não conseguiram ser claramente respondidas. O corpo docente da licenciatura em Dança do IFB frequentemente se comparava à Universidade de Brasília, buscando nesta um

exemplo de como instituir o curso. Ou seja, ao mesmo tempo em que se buscava uma diferença, a universidade era o parâmetro que o Instituto Federal de Brasília seguia. Sobre essas questões não foram encontradas literaturas que as explicassem, uma vez que o momento era, e ainda é, de implantação de uma nova institucionalidade para os IF. (LIMA, 2012, p. 20).

Conforme apresentado pela autora, é possível inferir, portanto, que outros Institutos Federais vivenciaram a mesma dificuldade relatada pelos sujeitos do presente estudo, no que se refere ao processo de construção dos cursos de licenciatura em suas instituições. Mas quais são então as singularidades apresentadas pelos cursos de licenciatura dos IFs? Os entrevistados, em unanimidade, reconhecem que há diferenças entre estudar em uma Universidade e no Instituto Federal. A estrutura não departamentalizada dos institutos (e mais especificamente do câmpus em questão) é que seria a responsável pela diferença mais significativa em relação às universidades, uma vez que esta característica organizacional permite uma maior proximidade entre o docente e os alunos. Não há dúvida de que esta maior proximidade também só é possível devido ao tamanho do câmpus. Ainda que a estrutura administrativa de um Instituto Federal possa ser comparada com a de uma universidade, a rotina de seus estudantes resume-se, salvo algumas exceções, ao câmpus onde estudam. E este sim é um espaço relativamente pequeno, que permite uma maior aproximação entre os sujeitos. A vantagem de estudar em um local com uma estrutura menor permite um estreitamento de relações, tal qual relatado pelo Sujeito C2:

*“E o Instituto, me parece, tem esse caráter mais de acolher o aluno e reconhecer o aluno, conversar com ele. Eu não me lembro de ter conversado questões com os meus professores que não eram de sala de aula. Aqui se conversa com os alunos, vai no bar, encontra eles por aqui, então nós ficamos pelo câmpus, conversamos com eles, conhecemos mais os alunos, e eu penso que isso muda até a forma de se entender porque que o aluno tem alguma dificuldade, porque não é um viés da Universidade”* (Sujeito C2).

Esta pode ser uma diferença significativa no que se refere ao trabalho nestes dois espaços distintos de formação de professores. Um outro aspecto que merece ser apontado refere-se ao tipo de formação ofertada nestes dois espaços. Aqui novamente temos uma concordância no sentido de que a formação obtida pelos entrevistados nas universidades tradicionais teve um caráter mais bacharelesco do que a formação

promovida pelo instituto. O Sujeito P2 aponta que o modelo de curso de licenciatura seguia a lógica conhecida como “3 + 1”, ou seja, três anos de oferta de disciplinas específicas e depois um ano com a oferta de disciplinas voltadas à formação pedagógica.

*“Para se ter uma ideia, na hora de fazer uma Didática da Matemática, nós íamos lá no outro centro, no centro de Educação e os professores sequer se conheciam. E ali dentro transitava implicitamente uma ideia de que aquilo era meramente para cumprir uma exigência, entende? Eu acho que hoje, nós não temos isso. [...] Na minha formação, na nossa experiência, existiam diferentes departamentos dentre os quais praticamente não existia diálogo. E há 10 anos atrás, nem era obrigatório um NDE<sup>4</sup>. Hoje, até em função disso, é obrigatório para que haja, minimamente, um diálogo entre as áreas” (Sujeito P2).*

O sujeito C1 igualmente percebe o distanciamento e a falta de interlocução entre as áreas específica e pedagógica, o que conferia ao curso que ele frequentou um enfoque mais associado a um curso de bacharelado:

*“As licenciaturas usuais, assim, em que você tem disciplinas de Física e a parte de Educação é em outro prédio, é completamente separado. [...] Nem se conhecem, eles acham que é uma coisa completamente diferente, que não pertence a eles. E aqui no Instituto Federal, percebi que as coisas ficam misturadas. E isso é bom para o aluno, porque você tem professores das áreas específicas, os professores da Educação interagindo e, nesse sentido, eu acho interessante. Eu comecei a prestar mais atenção em como a aula, por exemplo, é interdisciplinar, às vezes acontece contextualização histórica, justamente o que os colegas da Pedagogia enfocam. [...] Na Universidade, tem um enfoque mais formal, voltado para a pós-graduação. Para te preparar para fazer mestrado” (Sujeito C1).*

O sujeito C2, por sua vez, igualmente concorda que

*“O curso era muito puxado. Se eu comparar o curso que eu cursei e o que esses alunos podem cursar agora, eles podem sair daqui com uma formação*

---

<sup>4</sup> Refere-se ao Núcleo Docente Estruturante, que deve ser constituído em todos os cursos de graduação, com o intuito de acompanhar as ações do curso. A normatização do Núcleo Docente Estruturante foi estabelecida pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e consta na Resolução nº 01, de 17 de junho de 2010. Disponível em: <file:///C:/Users/Meus%20Documentos/Downloads/resolucao1\_2010\_conae.pdf>. Acesso em: 31 maio 2014.

*muito mais voltada ao licenciado do que quando eu saí. Então isso, vários colegas que fizeram Física em Porto Alegre, ou fizeram em Santa Catarina, ou São Paulo, dizem: os cursos de Licenciatura, de modo geral, que estão dentro das Universidades, que são os mais tradicionais, os mais fortes, digamos assim, estão carregados de disciplinas que estão além da formação de professor” (Sujeito C2).*

Ainda que nem toda a formação de professores desenvolvida fora dos Institutos Federais possa ser definida dessa maneira, fica evidente que nas experiências vivenciadas pelos entrevistados, o enfoque voltado à formação pedagógica não era necessariamente o elemento propulsor do curso de licenciatura que frequentaram. Para compreender este aspecto, também deve ser apontado o fato de que os entrevistados, em sua maioria, concluíram sua formação inicial em um período anterior à vigência da Resolução CNE/CP, de 19 de fevereiro de 2002, a qual estabeleceu um novo regramento referente ao tempo de duração e carga horária dos cursos de licenciatura. A partir desta resolução, os cursos de licenciatura passaram por modificações e é possível que estas impressões acerca do distanciamento entre a formação específica e a formação pedagógica se configurem atualmente de forma um pouco distinta desta que foi relatada pelos entrevistados. No entanto, este aspecto não deixa de ser instigante para compreendermos as distinções que se apresentam para a formação de professores nestes dois tipos de instituições.

Esteve (1991) assinala as dificuldades da atuação docente, apontando para as lacunas da formação destes profissionais, que se manifestam após o seu ingresso no mundo da sala de aula:

Os professores do ensino secundário formam-se em universidades que pretendem fazer investigadores especializados e nem por sombras pensam em formar professores. Não é portanto de estranhar que sofram autênticos ‘choques com a realidade’, ao passarem, sem preparação adequada, da investigação sobre química inorgânica, ou da sua tese de licenciatura sobre um tema altamente especializado, para a prática de ensinar a quarenta crianças de um bairro degradado os conhecimentos mais elementares da química ou da filosofia. (ESTEVE, 1991, p. 100).

Este “choque” com o qual muitos professores iniciantes se deparam ao chegarem em seu local de trabalho é um desafio inerente da profissão. No entanto, no curso analisado, as falas dos entrevistados demonstram que o objetivo é justamente o de propiciar ao aluno experiências variadas em sala de aula, para que o futuro professor

esteja a par das múltiplas e distintas realidades com as quais irá se deparar, e de posse desses elementos, conseguir avaliar com propriedade e seriedade a escolha pela profissão docente.

### A identidade dos cursos de licenciatura nos IFs: um processo em construção

As análises acerca do período inicial de atuação dos IFs demonstram que ainda se faz necessário um trabalho em prol do fortalecimento da identidade dessas novas instituições. Mas se mesmo os cursos que já vinham sendo ofertados há muito tempo nestas instituições que originaram os IFs sofreram um impacto com esta transformação, o que dizer dos cursos de licenciatura? Estes cursos, no caso da instituição aqui pesquisada, representam uma modalidade basicamente nova em uma instituição também nova, mas com tradições distintas consolidadas e, portanto, difíceis de serem superadas em prol de um outro tipo de coletividade.

Nos anos que antecederam a criação dos IFs, houve diversos debates acerca da composição e características dessas novas instituições. E conforme relatado pelo Sujeito D2, as licenciaturas não faziam parte do escopo inicial de cursos a serem abrangidos pelos IFs, sendo que a inclusão desta modalidade de ensino foi feita posteriormente, gerando algumas resistências

*“Até lembro-me da reunião lá em Brasília que teve um diretor de Pernambuco, diretor de ensino, quando comentaram justificando já naquela reunião para os diretores de ensino da rede federal, a necessidade da licenciatura e tal, que estão faltando professores especificamente da área técnica, eu lembro que um professor do meu lado falou: ‘Quando é que vamos abrir brinquedoteca lá nos câmpus, hein? Não, porque só está faltando isso. Nós também não vamos ter educação infantil? Nós vamos ter a solução da educação do Brasil’ ((risos))”. (Sujeito D2).*

Pelo exposto, é perceptível que a tarefa de criar licenciaturas nos IFs não teve uma adesão imediata dos dirigentes das instituições e a forma como deveria ser feita esta oferta também passou por mudanças: em um primeiro momento, a proposta apresentada pelo MEC era de que 20% da dotação orçamentária dos IFs fosse destinada às licenciaturas, mas como esta forma de alocação dos recursos não seria fácil de mensurar, visto que os investimentos em laboratórios e infraestrutura acabam não se

destinando somente a alunos desta modalidade, o projeto final destinou 20% das vagas para estes cursos. Lima (2012, p. 101) destaca que a inclusão da oferta das licenciaturas nos IFs foi decorrente de uma pressão política, sendo que estes “teriam sido solicitados para cobrir um vazio que a universidade não teria conseguido preencher, em relação à escassez docente”.

Feito este panorama, é importante pensar então sobre as perspectivas que se delineiam para a importante etapa de construção de uma identidade para as licenciaturas. No documento denominado “Carta de Natal”, cujo teor sintetizou os debates desencadeados ao longo do evento denominado “I Fórum Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais – Em busca de uma identidade”, realizado em Natal junto ao IF do Rio Grande do Norte no ano de 2010, aparecem diversas sugestões de melhorias para os cursos de licenciatura ofertados na rede federal. Dentre estas, gostaria de destacar as que seguem:

Formação de grupos de pesquisa e redes de pesquisadores das licenciaturas com a finalidade de subsidiar a produção de conhecimentos que contribua para a construção das identidades dos cursos de licenciaturas dos IFs. (CARTA DE NATAL, p. 03).

Em relação a esse aspecto, aparentemente não houve significativos avanços, pois ainda são escassos os canais de diálogo e de interlocução de saberes na rede federal. Há algumas experiências de fóruns realizados por IFs, mas com uma característica mais voltada à própria instituição, sem ter a pretensão de discutir em conjunto enquanto rede federal. No IFRS, esta situação também ainda merece maior atenção. Os relatos dos entrevistados sinalizam que ainda falta maior diálogo, mais momentos para poder discutir sobre o que caracteriza a licenciatura nestas instituições.

*“Eu acho que se cria identidade dentro dos Institutos a partir do momento em que se tem um vínculo. [...] Então nós ficamos muito com a nossa identidade aqui da região, eu acredito [...]. Aí fica difícil dizer assim: ‘nós temos uma identidade’”.* (Sujeito P1).

Este aspecto apresentado também está relacionado às singularidades que caracterizam o processo de formação do IF em questão, que por ser oriundo de instituições com trajetórias próprias e também por ter uma área de abrangência que

engloba regiões e perfis de alunos muito distintos, tende a apresentar uma maior dificuldade para congregar esta multiplicidade de facetas em prol de um projeto coletivo, que represente a essência da proposta institucional para os cursos de licenciatura.

Um outro elemento que merece destaque refere-se ao

Fomento ao estabelecimento da infraestrutura necessária ao funcionamento dos cursos de licenciatura, abrangendo laboratórios pedagógicos, acervo bibliográfico, sala de professores, auditório, sala de reuniões, etc. (CARTA DE NATAL, p. 03).

A recomendação de maior atenção ao atendimento à infraestrutura básica para abertura de novos cursos, aparentemente, tem sido um problema verificado em muitos IFs, o que pode ainda ser uma herança das instituições anteriores, no caso, os CEFETs. De acordo com a análise empreendida por Vianna (2005, p. 04) acerca dos cursos de Licenciatura em Física nos CEFETs, constatou-se que o planejamento prévio para a abertura destes novos cursos deixou a desejar em alguns aspectos:

Em parte, acredita-se que as necessidades das licenciaturas tenham sido subdimensionadas, considerando-se que os laboratórios já existentes fossem minimamente suficientes. Em vários CEFETs, percebeu-se que professores e alunos disputam a utilização de laboratórios dotados por vezes com equipamentos antigos, decorrentes de velhos convênios de cooperação técnica internacional. As bibliotecas são ponto crítico em quase todos os CEFETs sendo que regulamentos, atendimento especializado em todos os turnos, acervo próprio aos cursos e espaço de leitura são apontados como problemas.

No curso aqui analisado, apesar de já ter ocorrido uma significativa melhoria nas condições de infraestrutura, a avaliação do MEC não foi satisfatória neste quesito, podendo-se inferir que outras instituições tenham passado por dificuldade semelhante. Aqui novamente reforço a dificuldade de conseguir propor questões “macro”, como a construção da identidade para os cursos, em um momento em que as condições mínimas de funcionamento ainda não estão atendidas de forma satisfatória.

Ainda em relação à Carta de Natal, também é significativa a recomendação de que é necessária a “Compreensão da formação pedagógica como componente indispensável à formação dos alunos dos cursos de licenciatura dos IFs”. (CARTA DE NATAL, p. 04). Esta recomendação, pelo fato de estar posta em um documento que

sintetizou as dificuldades apresentadas pela rede federal, aparentemente ainda pode enfrentar obstáculos em algumas instituições. Contudo, no curso aqui tomado como objeto de análise, esta questão não pareceu ser um problema. De acordo com as falas dos sujeitos entrevistados, ficou evidenciado que a formação pedagógica é concebida como essencial, inclusive foram relatadas diversas experiências oportunizadas pelo curso com o intuito de qualificar o aluno em sua formação pedagógica. As alterações efetuadas recentemente no currículo do curso também refletem este amadurecimento que o câmpus já possui no que se refere ao seu entendimento sobre a formação de professores e a importância que a formação pedagógica desempenha nesse processo.

Finalmente, convém destacar uma última recomendação, que diz respeito à “Definição da essência das licenciaturas (não constituir licenciaturas que estejam mascarando bacharelado)”. (CARTA DE NATAL, p. 04). Aqui novamente depreende-se que há experiências de licenciaturas sendo desenvolvidas na rede federal, cujo enfoque esteja mais voltado a um curso de bacharelado. Esta recomendação, igualmente, não se aplica ao curso aqui analisado, pois os docentes entrevistados enfatizaram em suas falas como a intenção do curso é voltada à formação de professores, e como foram propostas melhorias na organização do curso, sempre pensando na ênfase de oportunizar uma formação voltada à docência. Há, contudo, relatos de docentes que destacam que esta característica do curso faz com que os alunos tenham dificuldades se quiserem futuramente se candidatar a um curso de mestrado na área de Física Teórica, sendo que neste caso, eles teriam que primeiramente preparar-se muito bem para depois efetivamente lograrem êxito no curso. Todavia, esta impressão é apresentada justamente pela compreensão de que a ênfase do curso está na formação de professores, e não de bacharéis em Física.

A partir destes elementos apresentados, é possível inferir que independente da construção de uma identidade para as licenciaturas, cada curso tem uma trajetória própria a ser construída e, especialmente no período inicial após a sua implantação, há muitas dificuldades operacionais a serem vencidas. Contudo, passado um certo tempo após a sua criação, verifica-se que os cursos do câmpus estudado, já possuem uma trajetória um pouco mais consolidada, o que lhes permite fazer reflexões mais consistentes acerca do papel do curso, seus propósitos e, inclusive, sua identidade. Atualmente ainda pode ser difícil definir qual é a identidade destes cursos, mas

aparentemente o IF aqui analisado vive um processo de maior maturidade em relação às licenciaturas, com possibilidades de discutir em fóruns específicos estas questões.

### Considerações finais

Pode-se dizer que ao longo dos últimos 10 anos foram desenvolvidos debates muito profícuos, com projetos distintos que passaram a se delinear para a educação profissional. Foi um momento de discussões acerca da criação de Universidades Tecnológicas e todo o aparato de novos elementos que se caracterizariam a partir desta possibilidade. No entanto, o projeto que logrou êxito foi o de expansão e interiorização da educação profissional, aqui representado pela constituição dos Institutos Federais. E em algum momento destes debates, as licenciaturas também passaram a fazer parte dos objetivos destas novas instituições.

Os Institutos Federais, por serem instituições novas e estarem iniciando suas experiências com formação de professores, via de regra, enfrentam desafios para consolidar a oferta desses novos cursos: é necessário formar quadro docente, montar laboratórios, e até mesmo superar possíveis resistências institucionais em relação a este novo perfil de atuação, que tanto se distancia da tradição até então existente na rede federal de educação profissional e tecnológica. No entanto, pelas falas dos docentes entrevistados, percebe-se uma preocupação em qualificar o curso, em um movimento de constante aprimoramento das lacunas que vão surgindo. O curso analisado é bastante recente na instituição e fica evidenciado que há uma preocupação em buscar superar as dificuldades, fazendo uso dos instrumentos possíveis e o resultado desse esforço, na visão destes docentes, é a formação de um aluno bem preparado para atuar em sala de aula.

A consolidação de uma identidade para estes cursos de licenciatura me parece que ainda é um processo em construção na instituição pesquisada. Por um lado, há uma grande dificuldade em conseguir efetivamente ofertar 20% das vagas para cursos desta modalidade, tal qual postula a lei de criação dos IFs. Por outro lado, para resolver a difícil equação entre “recursos existentes para implantação de cursos” versus “cumprimento de metas para a oferta de licenciaturas”, pode ocorrer um maior estímulo pela abertura de cursos que sejam de mais fácil implantação (sem exigência de

laboratórios e equipamentos sofisticados), o que pode ser um fator que vá de encontro às demandas da região. E esta situação tende a ser também um elemento a mais para dificultar o processo de consolidação de uma identidade para estes cursos, pois na própria instituição nem sempre há o reconhecimento de sua importância, sendo eles vistos como cursos que devem ser ofertados unicamente devido ao atendimento a uma demanda legal.

São questões que se colocam e que reforçam a percepção de que os cursos de formação de professores nos IFs ainda tem como tarefa a construção de uma identidade que realmente possa consolidá-los na instituição.

Não objetivamos neste estudo dar conta das múltiplas questões (políticas, estruturais, de gestão...) que envolvem o processo de criação e implementação dos cursos de licenciatura nos IFs. Entretanto, como pude constatar neste estudo, os sujeitos aqui entrevistados, mesmo cientes das grandes dificuldades que enfrentam no dia a dia, mostraram-se motivados e esperançosos em relação ao seu trabalho, lidando de forma otimista com relação aos desafios que se apresentam ao curso de licenciatura no qual atuam. E isto é especialmente importante, pelo fato de se tratar de profissionais que são “formadores de docentes” e que, direta ou indiretamente, estão exercendo papel decisivo nas escolhas dos futuros profissionais atuantes na educação básica.

### Referências

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008b. **Disponível em:** <[http:// www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm)>. Acesso em: 09 ago. 2010.

ESTEVE, José M. Mudanças sociais e função docente. In: NÓVOA, António (Org.). **Profissão professor**. Porto: Porto Editora, 1991. p. 93-124.

FÓRUM NACIONAL DAS LICENCIATURAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS. **Carta de Natal**. Natal, 2010.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **A formação de professores nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia:** um estudo da concepção política.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de educação da Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007a, p. 09-29.

\_\_\_\_\_. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007b, p. 61-77.

SANTOS, Nelma Ferreira dos. **A formação inicial de professores de Física em centros federais de educação tecnológica: contribuições e críticas**. 2004. 140 p. Dissertação (Mestrado em Educação) -- Centro de Educação e Humanidades, UERJ, 2004.

VIANNA, Deise Miranda. Olhando para a formação de professores de Física nos Centros Federais de Educação Tecnológica. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE FÍSICA, 16., Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xvi/cd/resumos/T0200-1.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2013.